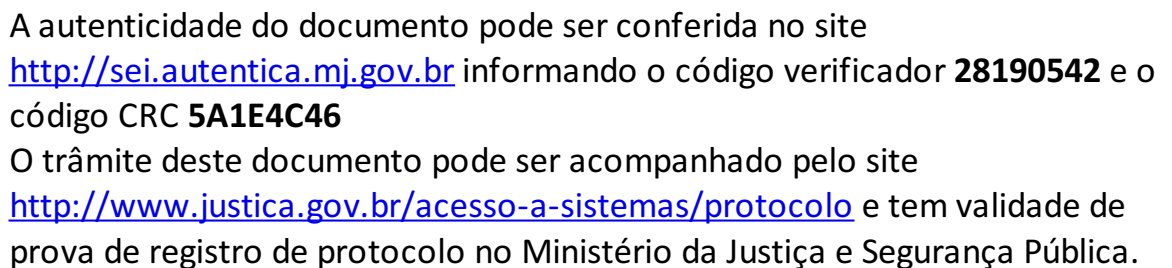


2. Nesse contexto, encaminhado para conhecimento e divulgação.

Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva




Ofício Circular - 92/2024/SE/Min. SE/2024-SEB (86003884) 59/2024-SE/178258.000090/2023-23 / pg. 2

ENC: Decreto Federal nº 11.430, de 2023 – Exigência de percentual de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica em contratações públicas realizadas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

MJ- Agendas SE <agendase@mj.gov.br>

Seg, 17/06/2024 11:40

Para:Protocolo <protocolo@mj.gov.br>

 2 anexos (188 KB)

Oficio_Circular_42773347.pdf; Anexo_42496411_Decreto_11430_Fluxo_de_Implementacao.pdf;

Prezados,

Gentileza incluir no sistema SEI.

Att. Agenda SE.

-----Mensagem original-----

De: MGI/Coordenação Administrativa e Gestão Interna <seges.coadi@gestao.gov.br>

Enviada em: segunda-feira, 17 de junho de 2024 11:29

Para: MJ- Agendas SE <agendase@mj.gov.br>; Secretaria Executiva - SE

<secretaria.executiva@mj.gov.br>

Assunto: Decreto Federal nº 11.430, de 2023 – Exigência de percentual de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica em contratações públicas realizadas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

"FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO DESTA MENSAGEM, EM ATENDIMENTO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ECONOMICIDADE.

NÃO HAVENDO CONFIRMAÇÃO, O DOCUMENTO SERÁ EXPEDIDO VIA CORREIOS".

Prezados(as),

Encaminhamos o OFÍCIO SEI Nº 1025/2024/MGI

Referência: Processo nº 19973.010510/2024-00.

Atenciosamente,

Iago Barreto

Coordenação Administrativa e Gestão Interna Secretaria de Gestão e Inovação Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos



Ao Senhor
MANOEL CARLOS DE ALMEIDA NETO
Secretário Executivo
Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, 3º andar, Sala 300 – Edifício Sede – Palácio da Justiça
70064-900 Brasília - DF
agendase@mj.gov.br secretaria.executiva@mj.gov.br

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 19973.010510/2024-00.

1. A Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC), em seu artigo 25, § 9º, I, prevê a possibilidade de exigência de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica nos editais de licitação voltados à contratação de serviços continuados, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme regulamento. Trata-se de medida voltada à utilização do poder de compra governamental para efetivação de políticas sociais prioritárias, que incluem, entre outras, a proteção a mulheres vítimas de violência, por meio da promoção de sua recolocação profissional e, consequentemente, de sua autonomia financeira.

2. A medida foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.430, de 8 de março de 2023, cujo artigo 3º estabelece o percentual mínimo de 8% das vagas previstas em editais para contratação de serviços continuados, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, no caso de contratos com quantitativos mínimos de 25 colaboradores. A previsão do percentual nos editais condiciona-se à formalização de Acordos de Cooperação Técnica (ACT) entre o Governo Federal, por meio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e do Ministério das Mulheres (MM), e os organismos responsáveis pela política pública de atenção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no âmbito dos Estados e do Distrito Federal.

3. Tendo em vista a recente celebração de ACTs junto aos **Estados do Maranhão, da Bahia, do Rio de Janeiro e do Piauí**, os **órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional sediados nos referidos estados, assim como os sediados nos estados com ACT celebrado**

anteriormente, quais sejam, Distrito Federal e Rio Grande do Norte, deverão observar, em seus processos licitatórios, o percentual mínimo de 8% previsto no Decreto Federal nº 11.430, de 2023, a partir da inclusão de cláusula contratual específica voltada ao seu cumprimento. Os ACTs mencionados encontram-se disponíveis no portal Compras.gov.br, no link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/nllc/reserva-de-vagas-para-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica/estados-parceiros/estados-parceiros-e-contatos>.

4. A inclusão da cláusula específica voltada ao cumprimento do Decreto nº 11.430, de 2023 deve observar o modelo de contrato disponibilizado pela Advocacia-Geral da União (AGU), disponível no link: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao-e-concorrenca> (Modelo Contrato Serviços com Mão de Obra Lei 14.133 - Cláusula Nona – 9.45).

5. Dessa forma, a partir da previsão nos Editais e da assinatura dos novos contratos com as licitantes vencedoras dos certames sujeitos à regra ora disposta, **deverá ser observado o fluxo processual anexo** (SEI nº 42496411), visando a efetivação da regra trazida pela Lei nº 14.133, de 2021 e pelo Decreto nº 11.430, de 2023. **Solicita-se, assim, a gentileza de que retransmitam tais orientações às suas unidades descentralizadas ou entidades vinculadas no âmbito do Distrito Federal e dos Estados do Rio Grande do Norte, Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro e Piauí**, bem como a recomendação de acessarem a página e o **Caderno de Logística - Implementação do Decreto nº 11.430/2023** no portal Compras.gov.br, voltados à padronização das informações quanto aos procedimentos regulamentados, disponíveis no link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/nllc/reserva-de-vagas-para-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica/reserva-de-vagas-para-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica/>.

6. Por fim, coloco à disposição a equipe da Coordenação-Geral de Normas da Diretoria de Normas e Sistemas de Logística desta Secretaria de Gestão e Inovação, para esclarecimentos complementares por meio do e-mail cgnor.seges@gestao.gov.br.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

KATHYANA DANTAS MACHADO BUONAFINA

Secretária de Gestão e Inovação Substituta

Anexo:

– Fluxo processual - Implementação do Decreto nº 11.430/2023 (SEI nº 42496411).



Documento assinado eletronicamente por **Kathyana Dantas Machado Buonafina, Secretário(a) Substituto(a)**, em 14/06/2024, às 20:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **42773347** e o código CRC **7BF17F4E**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 9º Andar, Sala 943 - Bairro Zona Cívico-Administrativa
CEP 70046-900 - Brasília/DF
(61) 2020-5619 - e-mail cgnor.seges@gestao.gov.br - gov.br/gestao

Referência: ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 19973.010510/2024-00.

SEI nº 42773347

A photograph of a person's hands organizing papers and sticky notes on a desk. The scene is overlaid with a semi-transparent green filter. The hands are positioned over a collection of documents, some of which feature charts and graphs. Several colorful sticky notes (orange, yellow, green) are placed on the papers. In the background, a desk lamp and a white mug are visible.

Fluxo de implementação

Contratação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

MGI

Formalização de parceria
com o organismo de políticas
para as mulheres

Comunicar, via ofício circular,
os órgãos e entidades públicas
federais na localidade sobre a
celebração do acordo e como
contatar o organismo de
políticas para as mulheres

Órgão ou entidade
contratante

Informar antecipadamente ao
organismo de políticas para as
mulheres previsão de
contratação

Iniciar processo licitatório,
conforme demanda e
conveniência, utilizando
modelos disponibilizados pela
AGU

Empresa contratada

Organismo de
políticas para as
mulheres

Ingresso da mulher na rede
de atendimento

Cadastrar ou articular junto
aos serviços da rede o
cadastramento da mulher em
banco de dados

Direcionar ações de
capacitação e qualificação
profissional para os perfis
informados

Constará no cadastro
informações sobre
qualificações profissionais

Contratação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

MGI

Órgão ou entidade contratante

Empresa contratada

(Gestor do contrato) Após contratada empresa vencedora do certame, convocar reunião de alinhamento com empresa e o organismo de políticas para as mulheres

(Gestor do contrato) Criar processo no SEI, em nova unidade raiz com acesso externo às pessoas designadas pela empresa e pelo organismo de políticas para as mulheres, e instruir com acordo de parceria e contrato

Iniciar processo de seleção

Solicitar, no processo, o fornecimento da relação de mulheres para seleção com: funções, requisitos profissionais e número de vagas a serem preenchidas

Do
"Solicit

Realizar seleção

↑
Prazo de 5 dias
corridos da
comunicação da
empresa

Documento modelo
"Relação nominal"

Informar relação nominal das mulheres interessadas, no processo, somente com as informações necessárias para o contato com a mulher

Realizar pesquisa no banco de dados e contatar as mulheres com perfis compatíveis aos requisitos informados para manifestação de interesse e autorização de disponibilização de dados

**Organismo de
políticas para as
mulheres**

Contratação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

MGI

Encerramento da fase de contratação

Órgão ou entidade contratante

Empresa contratada

Informar, no processo, resultado da seleção com a quantidade de mulheres contratadas, os nomes e, em caso de não contratação, os motivos

Organismo de políticas para as mulheres

Validação

NÃO

Solicitar ao gestor do contrato mediação junto à empresa para reavaliação do resultado

SIM

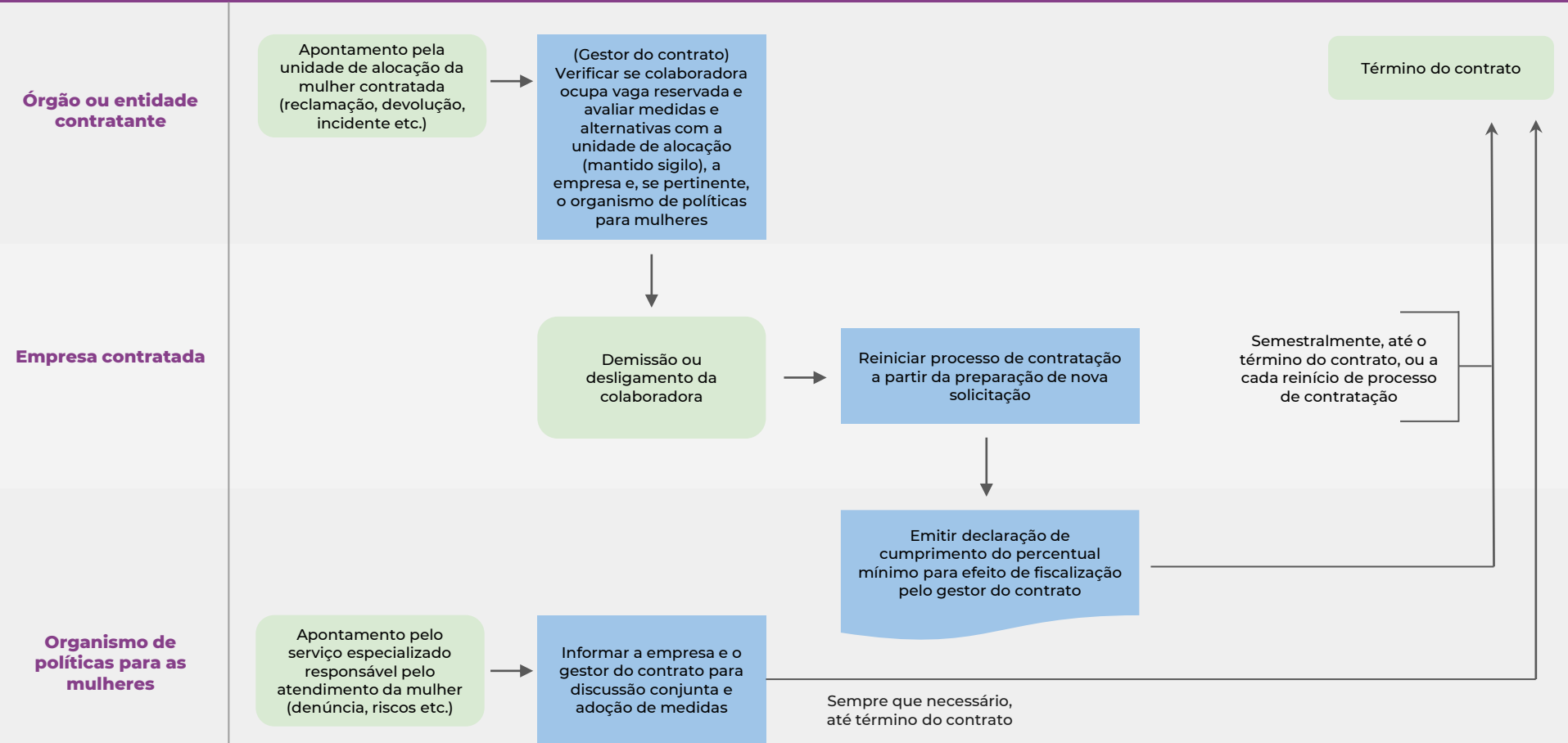
Atualizar cadastro das mulheres contratadas no banco de dados

Emitir declaração de cumprimento do percentual mínimo, na qual constará, quando couber, justificativa do não cumprimento

Documento modelo
"Declaração do cumprimento do percentual mínimo"

Prazo de 15 dias corridos da comunicação do resultado

Acompanhamento da permanência das mulheres contratadas



RE: Decreto Federal nº 11.430, de 2023 – Exigência de percentual de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica em contratações públicas realizadas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Protocolo <protocolo@mj.gov.br>

Ter, 18/06/2024 11:30

Para: Secretaria Executiva - SE <secretaria.executiva@mj.gov.br>

Prezados(as) senhores(as),

Acuso recebimento e informo que a documentação foi protocolada sob o número SEI (08000.020459/2024-17) e encaminhada à área competente para demais providências.

Atenciosamente,

Divisão de Protocolo do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

(61) 2025-3926

De: Secretaria Executiva - SE <secretaria.executiva@mj.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 17 de junho de 2024 11:45

Cc: Protocolo <protocolo@mj.gov.br>

Assunto: RES: Decreto Federal nº 11.430, de 2023 – Exigência de percentual de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica em contratações públicas realizadas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

-----Mensagem original-----

De: MGI/Coordenação Administrativa e Gestão Interna <seges.coadi@gestao.gov.br>

Enviada em: segunda-feira, 17 de junho de 2024 11:29

Para: MJ- Agendas SE <agendase@mj.gov.br>; Secretaria Executiva - SE <secretaria.executiva@mj.gov.br>

Assunto: Decreto Federal nº 11.430, de 2023 – Exigência de percentual de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica em contratações públicas realizadas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

"FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO DESTA MENSAGEM, EM ATENDIMENTO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ECONOMICIDADE.

NÃO HAVENDO CONFIRMAÇÃO, O DOCUMENTO SERÁ EXPEDIDO VIA CORREIOS".

Prezados(as),

Encaminhamos o OFÍCIO SEI Nº 1025/2024/MGI

Referência: Processo nº 19973.010510/2024-00.

Atenciosamente,

Iago Barreto

Coordenação Administrativa e Gestão Interna Secretaria de Gestão e Inovação Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Data de Envio:

18/06/2024 18:27:33

De:

MJ/Protocolo Geral do Ministério da Justiça <protocolo@mj.gov.br>

Para:

protocolo@prf.gov.br

sera.cgad.dlog@pf.gov.br

Assunto:

SOLICITAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO - 08000.020459/2024-17

Mensagem:

Prezados,

Favor confirmar o recebimento do processo nº 08000.020459/2024-17.

Atenciosamente,

Divisão de Protocolo

(61) 2025.9986/9251



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 27/2024

Unidade Gestora: MGI/MM/GOV-BA

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS E DO MINISTÉRIO DAS MULHERES, E O ESTADO DA BAHIA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES, VISANDO ESTABELECEER AÇÕES CONJUNTAS QUE ASSEGUREM APOIO AO ATENDIMENTO DO PERCENTUAL MÍNIMO DE VAGAS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS**, inscrito no CNPJ sob nº 00.489.828/0027-94, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 6º andar, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70040-906, neste ato representado pela Ministra de Estado da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, ESTHER DWECK, nomeada pelo Decreto de 1º de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial de União na mesma data, portadora da matrícula SIAPE nº 1573140, e do **MINISTÉRIO DAS MULHERES**, inscrito no CNPJ sob nº 05.510.958/0001-46, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 6º andar, Sala 604, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900, neste ato representado pela Ministra de Estado das Mulheres, APARECIDA GONÇALVES, nomeada pelo Decreto de 1º de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial de União na mesma data, Edição Especial, portadora da matrícula SIAPE nº 1374522; e o **ESTADO DA BAHIA** por intermédio da **SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.763.132/0001-17, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 776, 3º andar, Caminho das Árvores, Salvador/BA, neste ato representada pela sua responsável legal, ELISÂNGELA DOS SANTOS ARAÚJO, nomeada pelo Decreto de 4 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, em conformidade com as disposições previstas no inciso I do § 9º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 1º abril de 2021, e o do art. 4º do Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, segundo as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica o estabelecimento de regime de cooperação mútua, entre o **MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS**, **MINISTÉRIO DAS MULHERES** e o **ESTADO DA BAHIA** por intermédio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, doravante denominados PARTÍCIPES, para estabelecimento de ações conjuntas que assegurem o atendimento do percentual mínimo de vagas, em contratações públicas, por mão de obra constituída de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, no âmbito do órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

1.1.1. Em atendimento ao disposto no item 1.1, as contratações de serviços contínuos com regime de

dedicação exclusiva de mão de obra reservarão o **percentual mínimo de 8% (oito por cento) das vagas** para mulheres em situação de violência doméstica e familiar, aplicando-se ao contrato com quantitativo mínimo de 25 (vinte e cinco) colaboradores(as).

1.1.2. O percentual mínimo de mão de obra previsto no item 1.1.1 deverá ser mantido durante toda a execução contratual.

1.1.3. Incluem-se nas vagas do item 1.1.1 as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, nos termos do disposto no art. 5º da Lei nº 11.340, de 2006.

1.1.4. As vagas do item 1.1.1 serão destinadas prioritariamente a mulheres pretas e pardas, observada a proporção de pessoas pretas e pardas na unidade da federação onde ocorrer a prestação do serviço, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1.1.5. Não se caracteriza descumprimento do emprego de percentual mínimo previsto no item 1.1.1 a indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual.

1.2. As empresas prestadoras de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão efetivar a contratação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar por meio de processo seletivo, dentro do percentual estipulado no item 1.1.1, observando a inclusão do item 1.1.3 e a prioridade do item 1.1.4, todos desta Cláusula.

CLAUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS

2.1. O presente Acordo possui como objetivos:

2.1.1. Fortalecer a política de enfrentamento à violência contra as mulheres, buscando garantir a inserção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar no mercado de trabalho e promover sua autonomia econômica;

2.1.2. Apoiar o atendimento do percentual mínimo de vagas estabelecido no item 1.1.1, da Cláusula Primeira, por meio do fornecimento, pela **Secretaria de Políticas para as Mulheres**, da relação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar que tenham autorizado expressamente a disponibilização de seus dados para fins de obtenção de trabalho nos órgãos e nas entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

2.1.3. Buscar meios para a permanência das mulheres em situação de violência doméstica e familiar entre as empregadas do licitante alocadas ao contrato com a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

2.1.4. Disponibilizar, pela **Secretaria de Políticas para as Mulheres**, a declaração de manutenção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar entre as empregadas do licitante alocadas ao contrato com a administração; e

2.1.5. Compartilhar informações sobre fortalecimento da autonomia econômica, ruptura do ciclo de violência e mecanismos de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica reger-se-á pelo disposto no art. 184 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e legislação correlata.

3,2, A implementação da Cláusula Primeira, Do Objeto, deste Acordo visa atender ao disposto no inciso I do §9º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ao Decreto nº 11.430, de 08 de março de 2023.

CLÁUSULA QUARTA – DO SIGILO DA CONDIÇÃO DA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

4.1. A identidade das trabalhadoras contratadas em atendimento às disposições contidas neste Acordo e a condição de vítima de violência doméstica e familiar serão mantidas em sigilo pelos PARTÍCIPES, pelo órgão

ou entidade contratante e pela empresa contratada.

4.1.1. O sigilo de que trata o item 4.1 não se aplicará às pessoas que se relacionarem diretamente com a mulher contratada e que exerçam funções de chefia, supervisão ou representação, em condição de preposto(a), a fim de que sejam habilitadas a identificarem sinais de violência e a prestar orientação e assistência imediata mediante interação com a rede de atendimento à mulher, quando necessário.

4.1.2. As pessoas mencionadas no item 4.1.1 ficam obrigadas a preservar o sigilo das informações obtidas em razão da função.

4.1.3. A inaplicabilidade do sigilo demandará anuência específica da mulher contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DA NÃO DISCRIMINAÇÃO

5.1. É vedado qualquer tipo de discriminação às trabalhadoras vítimas de violência doméstica e familiar integrante da mão de obra alocada na prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

5.2. Valorizam-se as iniciativas das empresas de adequação das condições de trabalho das mulheres em situação de violência doméstica e familiar no seu rol de políticas de recursos humanos.

CLÁUSULA SEXTA – PLANO DE TRABALHO

6.1. Para o alcance do objeto e objetivos pactuados neste Acordo, os PARTÍCIPES obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho (SEI-MGI40882445), que será parte integrante e indissociável deste Acordo, sem prejuízo de sua atualização e aperfeiçoamento fundamentados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ATRIBUIÇÕES

7.1. São atribuições **COMUNS**:

7.1.1. Executar as ações necessárias ao cumprimento do objeto e ao alcance dos objetivos deste Acordo, de forma coordenada e colaborativa, dentro de suas competências regulamentares e de acordo com o Plano de Trabalho;

7.1.2. Apresentar, um ao outro, os dados e as informações necessários à melhor consecução e fiscalização das ações deste Acordo;

7.1.3. Manter a confidencialidade sobre os dados e as informações sigilosas, eventualmente compartilhadas na vigência deste Acordo, sendo vedada a sua comunicação a terceiros, seja direta ou indiretamente;

7.1.4. Não utilizar as informações, dados e/ou base de dados a que se tenha acesso em função deste Acordo para fins distintos ao cumprimento de seu objeto, ressalvado o cumprimento de ordens ou requisições de órgãos de controle, de decisões judiciais ou de outras obrigações legais; e

7.1.5. Indicar 2 (dois) agentes públicos, sendo um(a) titular e um(a) suplente, que serão responsáveis pelo gerenciamento e acompanhamento, nos termos deste Acordo.

7.2. São atribuições da **SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**:

7.2.1. Articular políticas, ações e informações para acolhimento, qualificação técnica, apoio psicossocial e acompanhamento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, por meio da rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar;

7.2.2. Obter autorização expressa da disponibilização de dados das mulheres em situação de violência doméstica e familiar para a obtenção de trabalho;

7.2.3. Manter ou articular-se para a manutenção de banco de dados atualizado de mulheres em situação de violência doméstica e familiar atendidas pela rede, que tenham autorizado expressamente a disponibilização de seus dados para fins de obtenção de trabalho, com suas respectivas qualificações;

7.2.4. Prover, quando formalmente demandada pelas empresas contratadas, a relação nominal das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, mediante prévia autorização das mulheres cujos dados estejam arrolados para fins de seleção de trabalho;

7.2.5. Receber e registrar as informações sobre o resultado do processo seletivo de que trata o item 1.2, assim como sobre qualquer alteração no contrato de trabalho da trabalhadora;

7.2.6. Emitir declaração de que a empresa contratada realizou processo seletivo para qual foram convidadas todas as mulheres constantes na relação nominal, e informar a quantidade de mulheres que foram selecionadas ao órgão ou entidade contratante, para efeito de fiscalização;

7.2.7. Encaminhar, semestralmente, ao órgão ou entidade contratante a declaração de manutenção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar entre as empregadas do licitante alocadas ao contrato;

7.2.8. Disponibilizar ao órgão ou à entidade contratante e à empresa contratada informações e contatos da rede de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar com vistas a que os forneçam às pessoas diretamente relacionadas à mulher contratada em funções de chefia, supervisão ou representação, em condição de preposto(a), para adoção de medidas necessárias caso venham a identificar riscos à segurança ou indicativos de ocorrência de novos atos de violência a que a mulher tenha sido submetida; e

7.2.9. Prestar, sempre que requisitada, informações complementares.

7.3. São atribuições do **MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS** :

7.3.1. Fazer constar nos modelos de editais de licitação, de avisos de contratação direta para a contratação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e de contratos respectivos, cláusula que estipule percentual mínimo de 8% das vagas para a contratação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar;

7.3.2. Solicitar sempre que necessário informações complementares à **Secretaria de Políticas para as Mulheres** e ao órgão ou entidade contratante;

7.3.3. Apoiar ações de sensibilização e capacitação voltadas para a implementação do presente Acordo;

7.3.4. Comunicar aos dirigentes máximos e aos dirigentes das Unidades Setoriais do Sistema de Administração de Serviços Gerais (USASG) dos órgãos e das entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional situados no território do Distrito Federal sobre a celebração deste Acordo, como meio para favorecer a melhor implementação do Decreto nº 14.430, de 2023 em seus processos de licitação e de contratação; e

7.3.5. Acompanhar e avaliar o andamento das ações previstas neste Acordo.

7.4. São atribuições do **MINISTÉRIO DAS MULHERES**:

7.4.1. Articular e coordenar as ações com a **Secretaria de Políticas para as Mulheres** e a rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar para a execução deste Acordo;

7.4.2. Propor fluxos, rotinas e modelos aos organismos de políticas para as mulheres para a implementação das ações previstas neste Acordo;

7.4.3. Apoiar ações de sensibilização e capacitação voltadas para a implementação deste Acordo;

7.4.4. Acompanhar e avaliar o andamento das ações previstas neste Acordo.

CLÁUSULA OITAVA – DO DESCUMPRIMENTO DAS ATRIBUIÇÕES

8.1. O descumprimento das atribuições previstas no presente Acordo será comunicado pela parte prejudicada às outras, mediante notificação por escrito, a fim de que seja providenciada a sua regularização no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

CLÁUSULA NONA – DO GERENCIAMENTO DO ACORDO

9.1. Os PARTÍCIPIES deverão indicar formalmente 2 (dois) agentes públicos, sendo um(a) titular e um(a) suplente, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da publicação do presente Acordo nos termos da Cláusula Décima Sétima.

9.1.1. Os atos de comunicação entre os PARTÍCIPIES são de responsabilidade dos(as) indicados(as) do item 9.1, inclusive transmissão e recebimento de informações, propostas e agendamentos de reuniões e outros eventos.

9.1.2. Os agentes públicos indicados(as) na forma do item 9.1 serão responsáveis por gerenciar e fiscalizar a parceria, zelar por seu fiel cumprimento, coordenar, organizar, articular, acompanhar, monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para o cumprimento do ajuste.

9.2. Os PARTÍCIPIES deverão informar, por escrito, um ao outro, as alterações dos(as) agentes públicos previstos no item 9.1, bem como informações necessárias para o gerenciamento do presente Acordo

CLÁUSULA DÉCIMA - CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS FINANCEIRO OU ORÇAMENTÁRIOS

10.1. O presente Acordo não implica transferência de recursos financeiros ou orçamentários entre os PARTÍCIPIES.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS PATRIMONIAIS E HUMANOS

11.1. Não haverá, para a execução do presente Acordo, transferência de recursos patrimoniais entre os PARTÍCIPIES.

11.2. Os(as) representantes institucionais e os(as) agentes públicos atuantes na execução deste Acordo não receberão quaisquer valores especificamente relacionados às atribuições, ações e serviços relacionados ao Acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

12.1. O prazo de vigência deste Acordo será de 5 (cinco) anos a contar da publicação no Diário Oficial da União.

12.1.1. O prazo de vigência previsto no item 12.1 poderá ser prorrogado, mediante a celebração de Termo Aditivo, desde que haja interesse dos PARTÍCIPIES, respeitando o prazo de comunicação prévia de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO

13.1. Este Acordo poderá, a qualquer tempo, ser modificado de comum acordo entre os PARTÍCIPIES, mediante formalização de Termo Aditivo, sendo vedada a alteração do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ENCERRAMENTO

14.1. O presente Acordo será encerrado:

14.1.1. Por advento do termo final, diante da não celebração de Termos Aditivos em sentido diverso pelos PARTÍCIPIES;

14.1.2. Por denúncia de qualquer dos PARTÍCIPIES, se não houver mais interesse na manutenção da parceria, notificando os demais parceiros com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;

14.1.3. Por consenso entre os PARTÍCIPIES, antes do advento do termo final de vigência, a ser devidamente formalizado; ou

14.1.4. Por força de norma ou fato que o torne inexecutável.

14.2. Havendo o encerramento do ajuste, cada um dos PARTÍCIPIES fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

14.3. Se na data do encerramento não houver sido alcançado os objetivos, as partes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral por um dos PARTÍCIPIES.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

15.1. Este Acordo poderá ser rescindido justificadamente, em qualquer tempo, por qualquer um dos PARTÍCIPIES, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, nas seguintes condições:

15.1.1. Quando houver o descumprimento de quaisquer cláusulas do presente Acordo por um dos PARTÍCIPIES, devidamente comprovado; ou

15.1.2. Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

15.2. Nos casos de rescisão, as pendências ou trabalhos em fase de execução, ainda que decorrentes de eventuais instrumentos específicos firmados com base neste Acordo de Cooperação Técnica, serão disciplinados por meio do Termo de Rescisão, no qual se definam e atribuam as responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de cada um desses trabalhos e das pendências dos trabalhos em andamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DENÚNCIA

16.1 Este Acordo poderá, a qualquer tempo, ser denunciado pelos PARTÍCIPIES, devendo o interessado externar formalmente a sua intenção nesse sentido, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data em que se pretenda que sejam encerradas as atividades, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica será publicado pelo **MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS** na forma de extrato no Diário Oficial da União, e pela **Secretaria de Políticas para as Mulheres** no Diário Oficial do Estado e a sua íntegra ficará disponível nos sítios eletrônicos oficiais dos PARTÍCIPIES e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

18.1. As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os PARTÍCIPIES, em decisão cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

19.1. As controvérsias decorrentes da execução do presente Acordo, que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os PARTÍCIPIES, deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico, sob a coordenação e supervisão da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), órgão da Advocacia-Geral da União, para prévia tentativa conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da

parceria.

19.2. Na impossibilidade de se lograr conciliação e solução administrativa na forma do item 19.1, fica definida a Seção da Justiça Federal no Distrito Federal como foro para a solução judicial de controvérsias decorrentes da implementação deste Acordo.

Em assim sendo, por estarem acordadas, o **MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS**, o **MINISTÉRIO DAS MULHERES** e o **ESTADO DA BAHIA** firmam o presente Acordo de Cooperação Técnica e aprovam o Plano de Trabalho (SEI-MG140882445) para a produção dos efeitos jurídicos.

Salvador/BA, 21 de março de 2024.

ESTHER DWECK

Ministra de Estado da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

APARECIDA GONÇALVES

Ministra de Estado das Mulheres

JERÔNIMO RODRIGUES

Governador do Estado da Bahia

ELISÂNGELA DOS SANTOS ARAÚJO

Secretária de Políticas para as Mulheres do Governo do Estado da Bahia



Documento assinado eletronicamente por **Esther Dweck, Ministro(a) de Estado**, em 21/03/2024, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELISANGELA DOS SANTOS ARAUJO, Usuário Externo**, em 21/03/2024, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JERÔNIMO RODRIGUES SOUZA, Usuário Externo**, em 21/03/2024, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aparecida Gonçalves, Ministra de Estado**, em 21/03/2024, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40878844** e o código CRC **7F5A77C5**.

Referência: Processo nº 19973.004999/2024-72.

SEI nº 40878844



PLANO DE TRABALHO

1 - IDENTIFICAÇÃO DOS PARTÍCIPIES

1.1. PARTÍCIPE 1: MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS (MGI) CNPJ: 00.489.828/0073-20

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 6º andar, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70040-906

Representante: ESTHER DWECK

Cargo: Ministra de Estado

1.2. PARTÍCIPE 2: MINISTÉRIO DAS MULHERES (MM) CNPJ: 05.510.958/0001-46

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 6º andar, Sala 604, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900

Representante: APARECIDA GONÇALVES

Cargo: Ministra de Estado

1.3. PARTÍCIPE 3: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.763.132/0001-17

Endereço: Avenida Tancredo Neves, n.º 776, Bloco A, 3.º Andar, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41820-904

Representante: ELISÂNGELA DOS SANTOS ARAÚJO

Cargo: Secretária Estadual

2 - OBJETO

2.1. O presente Plano de Trabalho tem por objeto estabelecer um regime de cooperação mútua entre os PARTÍCIPIES para **estabelecimento de ações conjuntas que assegurem o atendimento do percentual mínimo de vagas, em contratações públicas, de mão de obra constituída por mulheres** em situação de violência doméstica e familiar, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme regulamentação do Decreto nº 11.340, de 8 de março de 2023.

3 - OBJETIVOS

3.1. O presente Plano de Trabalho tem como objetivos:

Objetivo 1: Fortalecer a política de enfrentamento à violência contra as mulheres, buscando garantir a inserção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar no mercado de trabalho e promover sua autonomia econômica;

Objetivo 2: Apoiar o atendimento do percentual mínimo de 8% das vagas, em contratações públicas, por meio do fornecimento, pela SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, da relação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar que tenham autorizado expressamente a disponibilização de seus dados para fins de obtenção de trabalho aos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

Objetivo 3: Buscar meios para a permanência das mulheres em situação de violência doméstica e familiar entre as empregadas do licitante alocadas ao contrato com a Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

Objetivo 4: Disponibilizar, pela SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, da declaração de manutenção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar entre as empregadas do licitante alocadas ao contrato com a administração; e

Objetivo 5: Compartilhar informações sobre fortalecimento da autonomia econômica, ruptura do ciclo de violência e mecanismos de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar.

4 - JUSTIFICATIVA

4.1. As desigualdades históricas e estruturais de gênero no Brasil tem como uma de suas expressões os elevados índices de violência contra mulheres, em especial mulheres negras. A violência contra as mulheres constitui uma das principais formas de violação de seus direitos humanos, atingindo a vida, a saúde, a integridade física e mental das mulheres e de suas famílias. Os índices de violência contra as mulheres tiveram considerável aumento, sobretudo no último período, devido ao desmonte das políticas públicas, à desidratação do orçamento nesta área e a desarticulação de ações de enfrentamento à violência nas três esferas.

4.2. Além da política de enfrentamento à violência contra as mulheres, é necessário um conjunto de ações para garantir também o empoderamento das mulheres e sua autonomia econômica para que ciclo da violência seja rompido. A dependência econômica é um dos principais motivos da permanência da mulher em situação de violência doméstica e familiar. Em razão disso, o Acordo de Cooperação Técnica - ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI40878844) e este Plano de Trabalho, constituem ação afirmativa que busca promover oportunidades de qualificação profissional e de geração de trabalho e renda, viabilizando a autonomia econômica e a inclusão das mulheres na sociedade.

4.3. A Lei nº 14.133, de 2021, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, trouxe inovações importantes que não só contribuem para a maior transparência e controle, a racionalização processual, a profissionalização dos recursos e economicidade, como oportunizam o uso do poder de compra do Estado para a indução de transformações econômicas, ambientais e sociais. Dentro desse último rol de transformações, a Lei mencionada foi explícita no incentivo a ações afirmativas voltadas à redução das desigualdades de raça e gênero e à inclusão produtiva de determinados grupos sociais.

4.4. Seguindo a produção dos atos regulamentares para a efetiva implementação da Lei, o Governo Federal editou o Decreto nº 11.430, de 2023, vigente desde março de 2023, que regulamenta o inciso I do §9º do art. 25, da Lei nº 14.133, de 2021, que traz a possibilidade de o edital prever percentual de mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres em situação de violência doméstica e familiar, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, *in verbis*:

Lei nº 14.133, de 2021

"Art. 25

..... § 9º O **edital poderá**, na forma disposta em regulamento, exigir que **percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução** do objeto da contratação seja **constituído por**:

I - mulheres vítimas de violência doméstica;

....." (grifou-se)

4.5. Verifica-se relevante o envolvimento da unidade estadual responsável pela política pública de atenção a mulheres em situação de violência doméstica e familiar, com competência na localidade onde será prestado o serviço, tendo em vista que é necessário a disponibilização:

4.5.1. Relação nominal de mulheres em situação de violência doméstica e familiar que possam ser beneficiadas pelas norma; e

4.5.2. Declaração de manutenção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar entre as empregadas do licitante alocadas ao contrato com a Administração.

4.6. Para tanto, é necessário ter acesso aos dados que são geridos e providos pela rede estadual de proteção da mulher, com destaque para os órgãos de segurança pública, assistência social e direitos humanos, preferencialmente com o suporte de um órgão estadual dedicado à política para as mulheres que atue como coordenador de ações e interlocuções.

4.7. Com isso, mais do que dispor dos dados, a iniciava contará com a especialização e as competências dessa rede para viabilizar a capacitação das instituições e, sobretudo, dos atores que conviverão com as mulheres beneficiárias a fim que lhe concedam apoio e possam prestar-lhe assistência que garanta sua proteção e que contribua para o fortalecimento de sua autonomia e a ruptura do ciclo da violência.

5 - DO PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS, ORÇAMENTÁRIOS, PATRIMONIAIS E HUMANOS

5.1. O presente Plano de Trabalho não implica transferência de recursos financeiros, orçamentários, patrimoniais e humanos entre os PARTÍCIPEs.

5.2. Cada qual, no uso de suas próprias capacidades, de suas competências institucionais e das atribuições previstas na Cláusula Sétima do ACT Nº 27/2024 (SEI-MG40878844), buscará implementar as ações e alcançar os objetivos pactuados.

6 - PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

6.1. A implementação do ACT Nº 27/2024 (SEI-MG40878844) e do presente Plano de Trabalho ocorrerá em regime de mútua cooperação e respeitará as competências e atribuições de cada PARTÍCIPE.

6.2. Não obstante, demandará o engajamento de órgãos e entidades contratantes integrantes da Administração Pública federal direta, indireta e fundacional situados no território da Bahia sobre os quais recaem as responsabilidades impostas pela Lei nº 14.133, de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, e pelo Decreto nº 11.430, de 2023. Isso também se aplica às empresas contratadas sob a égide da Lei mencionada para a prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

6.3. Ainda, envolverá a participação dos órgãos integrantes da rede estadual de proteção à mulher da Bahia que serão mobilizadas e articuladas pela SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES.

6.4. Diante da variedade de atores, da complexidade dos objetivos estabelecidos, da sensibilidade do tratamento a ser dispensado ao público diretamente beneficiado, busca-se concatenar os objetivos e ações da seguinte maneira:

Objetivo	Ação	Descrição da ação
<p>Objetivo 1</p> <p>Fortalecer a política de enfrentamento à violência contra as mulheres, buscando garantir a inserção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar no mercado de trabalho e sua autonomia econômica.</p>	<p>Ação A.1.</p> <p>Comunicação e sensibilização</p>	<p>A implementação do primeiro objetivo do presente Plano de Trabalho tem como foco o conjunto das mulheres em situação de violência doméstica e familiar e a rede de proteção da mulher.</p> <p>Nesse sentido, os PARTÍCIPES desenvolverão, em conjunto, iniciativas de comunicação e sensibilização da sociedade, a começar de seu corpo de servidores e colaboradores, alcançando as empresas que lhes prestem serviços e o público a que atendem.</p> <p>Para tanto, o MINISTÉRIO DAS MULHERES e a SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, com o apoio do MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, fornecerão informações, materiais informativos e oportunidades de capacitação sobre o tema, para que os órgãos e as entidades contratantes e as empresas contratadas somem esforços à rede de proteção à mulher com vistas à superação de todas as formas de violência, preconceito e discriminação contra as mulheres.</p>
<p>Objetivo 2</p> <p>Apoiar o atendimento do percentual mínimo de 8% das vagas, em contratações públicas, por meio do fornecimento, pela SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES da relação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar que tenham autorizado expressamente a disponibilização de seus dados para fins de obtenção de trabalho aos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;</p>	<p>Ação B.1.</p> <p>Disponibilização de modelos e orientações</p>	<p>O MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, na função de órgão central do Sistema de Serviços Gerais (SISG), conforme previsto no art. 2º do Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, o inciso VI do art. 15 e inciso II do art. 18 do Anexo I do Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023, coordenará com a Advocacia-Geral da União a elaboração de modelos de edital, aviso de contratação direta e termos contratos, como forma de implementação do disposto no inciso I do §9º do art. 25 e no inciso III do art. 60, todos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2023, ao Decreto nº 11.430, de 08 de março de 2023, e disponibilizará aos órgãos e às entidades licitantes, com as respectivas orientações de implementação.</p>
<p>Objetivo 3</p> <p>Buscar meios para a manutenção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar entre as empregadas do licitante alocadas ao contrato com a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;</p>	<p>Ação B.2.</p> <p>Manutenção de banco de dados</p>	<p>A SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES será responsável por manter banco de dados atualizado com informações das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, atendidas pela rede de atendimento, que autorizarem a disponibilização de seus dados para fins de obtenção de trabalho, com suas respectivas qualificações. Caso, no âmbito da rede estadual de proteção da mulher já exista órgão incumbido de manter banco de dados com as características e informações exigidas para se viabilizar a seleção de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, a SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES viabilizará as articulações necessárias para concessão de acesso aos referidos dados à(s) empresa(s) contratada(s).</p>

<p>Objetivo 4</p> <p>Disponibilizar, pela SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES declaração de manutenção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar entre as empregadas do licitante alocadas ao contrato com a administração;</p>	<p>Ação B.3.</p> <p>Preparação do processo de seleção de profissionais</p>	<p>Caso, no âmbito da rede estadual de proteção da mulher, já exista órgão incumbido de manter banco de dados com as características e informações exigidas para se viabilizar a seleção de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, a SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES viabilizará as articulações necessárias para concessão de acesso aos referidos dados à(s) empresa(s) contratada(s).</p> <p>A empresa vencedora de certame licitatório para a contratação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra por órgão ou entidade da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, uma vez contratada, depois de autorizada pelo órgão ou entidade contratante, comunicará a SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES acerca dos requisitos profissionais e o número vagas a serem preenchidas, para que a unidade forneça a relação nominal de mulheres em situação de violência doméstica e familiar.</p> <p>O documento de autorização expedido pelo órgão ou entidade contratante deverá conter os dados da empresa contratada e do contrato e ser enviado, junto com a notificação, à SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES.</p> <p>A SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES será responsável por enviar à empresa contratada, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, a relação nominal das mulheres em situação de violência doméstica e familiar constantes em seu banco de dados com perfil compatível aos requisitos profissionais informado.</p> <p>A relação nominal mencionada deverá ser composta por dados das mulheres em situação de violência doméstica e familiar que tenham autorizado expressamente a sua disponibilização com a finalidade de seleção e obtenção para posto de trabalho.</p>
	<p>Ação B.4.</p> <p>Seleção de profissionais</p>	<p>A empresa contratada deverá selecionar, dentre as mulheres da relação nominal, o número necessário de trabalhadoras para atender ao quantitativo previsto no item 1.1.1. da Cláusula Primeira do ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844), no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da mencionada relação.</p> <p>Na destinação das vagas, deverá ser observada a prioridade prevista no item 1.1.4 da Cláusula Primeira do ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844).</p> <p>A empresa contratada informará, à SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, o resultado do processo seletivo com os dados sobre a quantidade de mulheres contratadas, os nomes e, em caso de não contratação, os motivos.</p> <p>A SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES deverá emitir declaração de que a empresa contratada realizou processo seletivo para o qual foram convidadas todas as mulheres constantes na relação nominal, bem como informar, ao órgão ou entidade contratante, a quantidade de mulheres contratadas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados do término para a realização da seleção.</p>

	<p>Ação B.5. Manutenção das profissionais</p>	<p>Na ocorrência de qualquer alteração no contrato de trabalho da trabalhadora nos termos deste ACT, como promoção, demissão, entre outros, a empresa contratada deverá comunicar imediatamente a SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES para atualização de seu banco de dados.</p> <p>Sempre que necessário, o MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS e o MINISTÉRIO D MULHERES poderão solicitar informações complementares à SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES e ao órgão ou entidade contratante.</p> <p>O exercício funcional da mulher contratada será acompanhado pelo(a) preposto (a) e/ou supervisor(a) da empresa contratada e pelo(a) responsável pelo setor em que a contratada atuar no órgão ou na entidade contratante.</p> <p>Para tanto, os PARTÍCIPIES atuarão de forma coordenada com a empresa contratada e com o órgão ou entidade contratante, com o objetivo de que forneçam informações e oportunidades de capacitação à pessoas responsáveis quer na empresa contratada, quer no órgão ou na entidade contratante, visando estabelecer mecanismos institucionais de ação para lidarem com eventuais situações de risco, discriminação, assédio, ameaça ou violência consumada contra a mulher contratada, bem como para auxiliá-las a superar traumas ou a se integrarem em iniciativas de solidariedade ou mútuo apoio em seu local de trabalho.</p> <p>Semelhantemente, a SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA A MULHERES compartilhará com a empresa contratada e o órgão ou a entidade contratante informações sobre possíveis providências que venham a ser necessárias para a assistência a filhos ou familiares dependentes em hipóteses em que a mulher se veja impossibilitada de assistí-lhes em razão de risco, ameaça ou violência consumada.</p>
<p>Objetivo 5 Compartilhar informações sobre fortalecimento da autonomia econômica, ruptura do ciclo de violência e mecanismos de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar.</p>	<p>Ação C.1. Compartilhamento informações</p>	<p>Os PARTÍCIPIES proverão informações sobre o funcionamento da rede de proteção à mulher, os serviços públicos de acolhimento e promoção da autonomia e as oportunidades de capacitação profissional e de outras naturezas que corroborem para a o fortalecimento de sua autonomia e à ruptura do ciclo de violência aos órgãos e entidades contratantes e às empresas contratadas.</p> <p>Por sua vez, os órgãos e as entidades contratantes e as empresas contratadas fornecerão tais informações às mulheres contratadas e facilitarão, na medida do possível, seu acesso às instituições, aos serviços e as capacitações já mencionadas.</p>

7 - DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO

7.1. A execução do presente Plano de Trabalho ocorrerá em 3 (três) etapas, (i) preparação, (ii) execução e (iii) monitoramento e avaliação, de forma a encadear etapas, objetivos, ações, prazos e responsáveis que possibilitem dar clareza ao processo de execução e, assim, facilitar seu monitoramento, seus eventuais ajustes, sua avaliação e, possivelmente, sua replicação, da seguinte maneira:

Etapa 1 - Preparação				
Objetivo	Ação	Atividade	Responsável	Prazo
Objetivo 1	Ação A.1. Comunicação e sensibilização	Disponibilizar materiais de comunicação e sensibilização sobre o tema da violência doméstica e familiar, do fortalecimento da autonomia econômica das mulheres e de mulheres no ambiente de trabalho.	MGI e MM	15 dias após a celebração do ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844).
Objetivos 2, 3 e 4	Ação B.1. Disponibilização de modelos e orientações	Comunicar aos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional sediados no Estado sobre Decreto nº 11.430, de 2023 e o ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844) e os modelos de edital, aviso de contratação direta e termo contrato.	MGI	30 dias da celebração do ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844).
		Disponibilizar caderno de logística para implementação do objeto do ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844).	MGI e MM	15 dias da celebração do ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844).
		Disponibilizar caderno de logística para implementação do objeto do ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844).	MGI e MM	15 dias da celebração do ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844).
	Ação B.2. Manutenção de banco de dados	Apoiar a criação de banco de dados (ou identificar banco de dados existente) e a integração das fontes de informação.	MM	60 dias da celebração do ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844)
	Ação B.3. Preparação do processo de seleção de profissionais	Realizar alinhamento com a SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES sobre fluxo de comunicação e instrumentos.	MGI e MM	15 dias da celebração do ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844).

Etapa 2 - Execução				
Objetivo	Ação	Atividade	Responsável	Prazo
Objetivos 2, 3 e 4	Ação B.2. Manutenção de banco de dados	Manter banco de dados atualizado e fornecer, sempre que comunicado processo de contratação, lista nominal de mulheres em situação de violência doméstica e familiar.	SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	Contínua.

Objetivos 2, 3 e 4	Ação B.3. Preparação do processo de seleção de profissionais	Preparar e enviar relação nominal de mulheres em situação de violência doméstica e familiar com o perfil compatível aos requisitos profissionais do processo de seleção.	SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	5 dias após demanda pela empresa.
Objetivos 2, 3 e 4	Ação B.4. Seleção de profissionais	Emitir declaração sobre a realização do processo seletivo.	SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	15 dias após a comunicação sobre a conclusão do processo.
Objetivos 2, 3 e 4	Ação B.5. Permanência das profissionais	Atualizar banco de dados quanto as alterações da relação de trabalho da empregada.	SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	Sempre comunicada. ^{que}
		Informar sobre estabelecimento de mecanismos institucionais para tratamento de situações de risco, discriminação, assédio, ameaça ou violência consumada.	MM, MGI e SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	5 dias após a comunicação sobre a conclusão do processo seletivo.
Objetivo 5	Ação C.1. Compartilhamento de informações	Prover informações sobre a atenção e empoderamento das mulheres contratadas.	MM , MGI e SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	Contínua.

Etapa 3 - Monitoramento e avaliação		
Atividade	Responsável	Prazo
Elaborar o relatório parcial	Agentes públicos dos Participes designados nos termos da Cláusula Nona, do ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844)	Anualmente a contar da publicação deste Plano de Trabalho.
Elaborar o relatório final		60 dias após o término do prazo de vigência do ACT Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844).

8 - DO ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS

8.1. Os PARTICIPES deverão aferir os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório conjunto de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados.

8.2. O relatório parcial das atividades deverá ser apresentado anualmente, a contar da data de publicação do presente Plano de Trabalho.

8.3. O relatório final deverá ser apresentado em até 60 (sessenta) dias a contar do término do prazo de vigência.

9 - DA VIGÊNCIA

9.1. Este Plano de Trabalho tem vigência de 5 (cinco) anos, a contar da sua publicação, e está vinculado ao prazo de vigência do Acordo de Cooperação Técnica Nº 27/2024 (SEI-MGI 40878844).

Em assim sendo, por estarem acordados, o **MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS**, o **MINISTÉRIO DAS MULHERES**, a **SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES** aprovam o presente Plano de Trabalho para a produção dos efeitos jurídicos.

Documento assinado eletronicamente

ESTHER DWECK

Ministra de Estado da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

Documento assinado eletronicamente

APARECIDA GONÇALVES

Ministra de Estado das Mulheres

Documento assinado eletronicamente

ELISÂNGELA DOS SANTOS ARAÚJO

Secretária de Políticas para as Mulheres do Governo do Estado da Bahia



Documento assinado eletronicamente por **Esther Dweck, Ministro(a) de Estado**, em 21/03/2024, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELISANGELA DOS SANTOS ARAUJO, Usuário Externo**, em 21/03/2024, às 12:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JERÔNIMO RODRIGUES SOUZA, Usuário Externo**, em 21/03/2024, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aparecida Gonçalves, Ministra de Estado**, em 21/03/2024, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40882445** e o código CRC **59C77379**.

Referência: Processo nº 19973.004999/2024-72.

SEI nº 40882445



4. Fluxo de implementação

Contratação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

MGI

Formalização de parceria
com o organismo de políticas
para as mulheres

Comunicar, via ofício circular,
os órgãos e entidades públicas
federais na localidade sobre a
celebração do acordo e como
contatar o organismo de
políticas para as mulheres

**Órgão ou entidade
contratante**

Informar antecipadamente ao
organismo de políticas para as
mulheres previsão de
contratação

Iniciar processo licitatório,
conforme demanda e
conveniência, utilizando
modelos disponibilizados pela
AGU

Empresa contratada

**Organismo de
políticas para as
mulheres**

Ingresso da mulher na rede
de atendimento

Cadastrar ou articular junto
aos serviços da rede o
cadastramento da mulher em
banco de dados

Direcionar ações de
capacitação e qualificação
profissional para os perfis
informados

Constará no cadastro
informações sobre
qualificações profissionais

Contratação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar

MGI

Órgão ou entidade contratante

(Gestor do contrato) Após contratada empresa vencedora do certame, convocar reunião de alinhamento com empresa e o organismo de políticas para as mulheres

(Gestor do contrato) Criar processo no SEI, em nova unidade raiz com acesso externo às pessoas designadas pela empresa e pelo organismo de políticas para as mulheres, e instruir com acordo de parceria e contrato

Empresa contratada

Iniciar processo de seleção

Solicitar, no processo, o fornecimento da relação de mulheres para seleção com: funções, requisitos profissionais e número de vagas a serem preenchidas

Documento modelo "Solicitação de fornecimento de relação"

Realizar seleção

Organismo de políticas para as mulheres

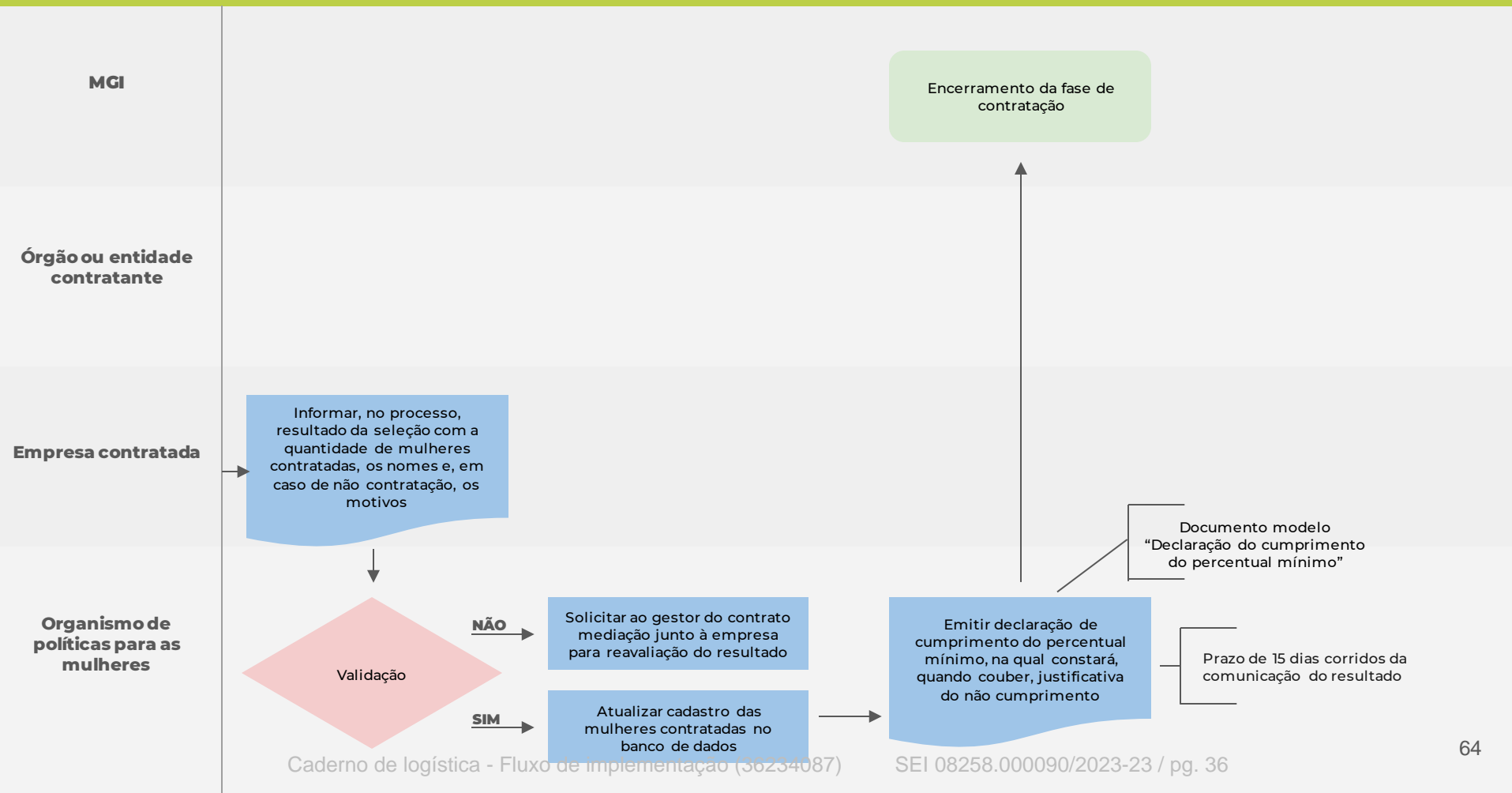
Realizar pesquisa no banco de dados e contatar as mulheres com perfis compatíveis aos requisitos informados para manifestação de interesse e autorização de disponibilização de dados

Documento modelo "Relação nominal"

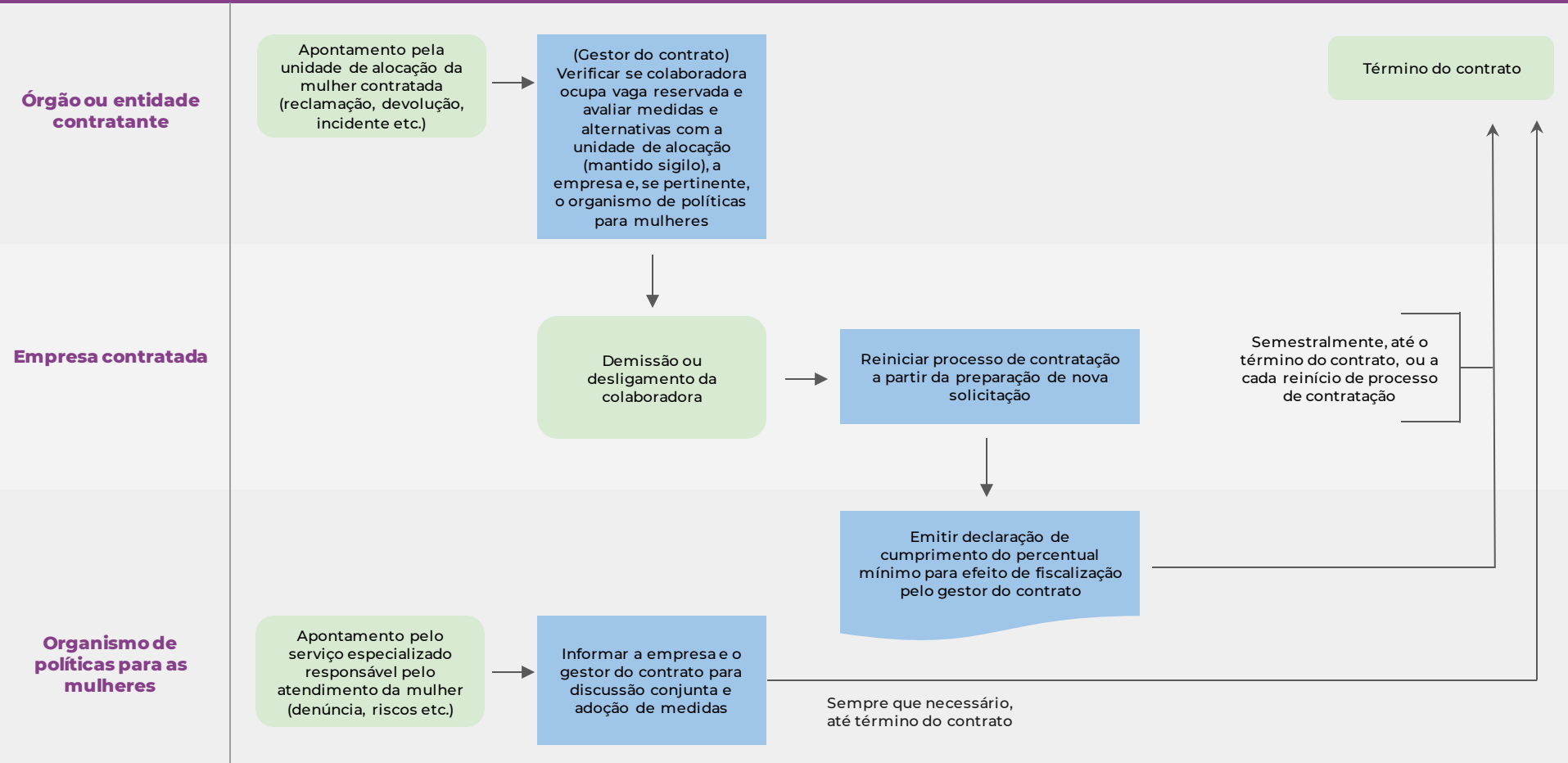
Informar relação nominal das mulheres interessadas, no processo, somente com as informações necessárias para o contato com a mulher

Prazo de 5 dias corridos da comunicação da empresa

Contratação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar



Acompanhamento da permanência das mulheres contratadas



Monitoramento e avaliação

O MGI e o MM aferirão, em conjunto com os organismos de políticas para as mulheres parceiros, os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência da implementação da política, no âmbito das parcerias celebradas, mediante a elaboração de relatórios conjuntos de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados. Para a elaboração dos referidos relatórios, é essencial que as informações que constam do fluxo de execução e informações complementares que se façam necessárias sejam comunicadas nos prazos e nas formas definidas.



5. Anexos

Documentos modelos

Anexo I – Solicitação de fornecimento de relação de mulheres para processo de seleção

1. INFORMAÇÕES CONTRATUAIS

- 1.1. Órgão/entidade de administração: <<órgão/entidade>>
- 1.2. Unidade contratante: <número da UASG >
- 1.3. Núm. Contrato: < número do contrato administrativo>
- 1.4. Empresa contratada: XXX
- 1.5. Vigência do contrato: de XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX, XX anos.
- 1.6. Quantidade total de postos de trabalho: XXX

2. DESCRIÇÃO DO POSTO DISPONÍVEL

- 2.1. Tipo de posto: XXXX
- 2.2. Quantidade de postos disponíveis para mulheres em situação de violência doméstica e familiar: <informar a quantidade >
- 2.3. Exigência: <formação mínima, especialização etc.>
- 2.4. Perfil: <habilidades, conhecimentos, domínios etc.>

Anexo I – Solicitação de fornecimento de relação de mulheres para processo de seleção

3. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES QUE DEVERÃO SER REALIZADAS

(Exemplo:

Compete ao assistente administrativo:

- a) Auxiliar na organização e atualização de arquivos, guias e controles, referentes à organização do setor;*
- b) Auxiliar na conferência de documentos e na organização dos processos administrativos;*
- c) Auxiliar no arquivamento de documentos e correspondências;*
- d) Executar exercícios de digitação, de acordo com os processos e rotinas estabelecidas, atendendo as necessidades administrativas das áreas;*
- e) Controlar a entrada e a saída de documentos e/ou materiais, sob orientação;*
- f) Inteirar-se dos trabalhos desenvolvidos em cada setor, visando orientar e facilitar a obtenção de dados, documentos ou outras solicitações dos superiores;*
- g) Operar equipamentos diversos, tais como: projetor multimídia, aparelhos de fax, máquinas fotocopadoras/duplicadoras, trituradores e outros;*
- h) Receber, buscar, levar e distribuir internamente documentos, periódicos, correspondências, carimbos, crachás, bôtons, banners e outros;*
- i) Localizar, classificar e manter atualizado o acervo de documentos do setor ao qual está vinculado;*
- j) Zelar pela higiene, limpeza, conservação e boa utilização dos equipamentos e instrumentos utilizados;*
- k) Anotar e enviar recados.)*

Anexo II – Relação nominal de mulheres para processo de seleção

INFORMAÇÕES CONTRATUAIS				
Órgão/entidade de administração:				
Número do Contrato:				
Empresa contratada:				
Posto:				
Solicitação recebida em:				
Nome	Raça/Cor (preta, parda, branca, amarela ou indígena)	Identidade de gênero (cis ou trans)	Perfil (Formação, competências, habilidades e/ou domínios)	Contato (ao menos duas opções de contato)

Anexo III - Declaração do cumprimento do percentual mínimo de 8% de mão de obra constituída por mulheres em situação de violência doméstica e familiar

1. INFORMAÇÕES CONTRATUAIS

- 1.1. Órgão/entidade de administração: <<órgão/entidade>>
- 1.2. Unidade contratante: <número da UASG >
- 1.3. Núm. Contrato: < número do contrato administrativo>
- 1.4. Empresa contratada: XXX
- 1.5. Vigência do contrato: de XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX, XX anos.
- 1.6. Quantidade total de postos de trabalho: XXX

2. DECLARAÇÃO

- 2.1. Quantidade de vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar: <informar a quantidade de vagas equivalente ao percentual mínimo de 8%>
- 2.2. Quantidade de mulheres em situação de violência doméstica e familiar contratadas: <informar a quantidade >
- 2.3. A empresa contratada está cumprindo o percentual mínimo de 8% definido no Decreto nº 11.430/2023? () sim () não.
 - 2.3.1. Caso a resposta do item 2.3. seja "não", apresentar a justificativa do não cumprimento do percentual mínimo: <justificativa >
- 2.4. Informações complementares